

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho: Movimentos Sociais Contemporâneos (GT22)

Título do Trabalho: Movimentos sociais e transformações societárias: do cartismo ao occupy.

Autor: Rafael Rezende

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Introdução - O movimento da história e a história em movimento.

Este trabalho tem como objetivo apresentar argumentos em defesa da necessidade de retomarmos as articulações perdidas, assim como aprofundar as ainda existentes, entre as teorias dos movimentos sociais e a Teoria Crítica. Para tal fim, vamos enfatizar uma questão cara aos estudos críticos: a relação entre ação, teoria e história.

Primeiramente, o que é o movimento social? Uma conceituação bem ampla nos é oferecida por Garretón (2001, p. 14). Para ele, movimentos sociais são "ações coletivas com alguma estabilidade no tempo e algum nível de organização, orientadas a mudança ou conservação da sociedade ou de alguma esfera dela". Mais preciso foi Melucci (1989) ao afirmar que os movimentos sociais são uma forma de ação coletiva baseada na solidariedade, no desenvolvimento de um conflito e no rompimento dos limites do sistema em que ocorre a ação. Desde já, esclarecemos que nos alinharemos a proposição de Melucci e, neste trabalho, abordaremos tão somente os movimentos sociais que tencionam a ordem estabelecida, mesmo que minimamente.

O que ambas definições apresentadas no parágrafo anterior não afirmam é que os movimentos sociais são organizações estritamente modernas, isto é, surgiram para e da modernidade. Tal alegação não significa dizer que a modernidade precede os movimentos sociais, mas que os movimentos sociais se fizeram modernidade, inclusive, muitas vezes, tentando romper os limites desta.

Afirmar que os movimentos sociais se fizeram modernidade é defender que as sociedades agem sobre a história e na história. Trata-se da discussão incrustada na terceira tese de Marx (2007) sobre Feuerbach. Se o educador também precisa ser educado, é porque as circunstâncias sobre as quais ele age são as mesmas que impelem ele a agir. Não se trata de historicismo, mas de historicidade. Quando um movimento social busca, por exemplo, a superação da modernidade, ele está ao mesmo tempo respondendo a uma agenda moderna e criando rachaduras na modernidade. Por conseguinte, assumimos que toda ação humana se dá sobre e sob a história.

Na sua primeira tese sobre o conceito de história, Benjamin (2005), através de uma alegoria, afirma que o materialismo histórico é como uma marionete cujos movimentos são orientados por um anão oculto. Esse anão é a teologia, que, para o filósofo, remete aos conceitos de rememoração e redenção messiânica. Ao nosso ver, Benjamin não tinha a intenção de colocar a história à serviço de uma lógica divina, mas demonstrar que o divino e o profano se relacionam nos impulsos do desenvolvimento histórico. Isto é, não existem leis mecânicas da história, mas uma enorme

contingência sobre a qual podem operar tendências históricas não necessariamente redutíveis a uma causa material específica. Dentro deste ponto de vista, a história não é objetiva, mas é implacável.

Tendo em vista que assumimos a plausibilidade de tal tese de Benjamin sobre a história, podemos ir além e compreender os movimentos sociais como agentes de mediação entre o material e o teológico. Se os movimentos sociais atuam sobre e sob a história moderna, em parte seguindo a lógica desta, em parte abrindo espaço para novas e inesperadas lógicas, eles acabam respondendo ao profano e ao divino e agindo como um agente de enunciação do que pode ou não vir a ser. Desta forma, nos aproximamos de Melucci (1989) e do seu entendimento dos movimentos sociais como profetas do futuro. Profetizar o futuro não é realizar o futuro, mas é, dentro de uma lógica dialética entre desejos e possibilidades, produzir e enunciar o primeiro para distender o segundo. Em outras palavras, os movimentos sociais estão muito mais próximos da realização de futuros vivos do que das vicissitudes do presente semi morto.

Com o objetivo de fundamentar nossa defesa da articulação entre ação, teoria e história, vamos, nas páginas a seguir, fazer um breve recorrido por parte da modernidade. Para tal fim, vamos segmentar o período moderno em três fases e buscar compreender como determinadas transformações sociais caminharam juntas das transformações nos movimentos sociais e nas produções intelectuais sobre eles. Não é nossa pretensão, nem caberia ser, traçar a história dos movimentos sociais ou da modernidade, mas sim retornar à história da modernidade para compreender a história dos movimentos sociais. Portanto, este não é um trabalho de história, é um trabalho sobre a história e na história.

A Primeira fase da modernidade: operários, Estado-nação e capitalismo liberal

O século XIX foi aquele no qual a modernidade consolidou-se de vez, superando a organização social, política, econômica, territorial e ideológica do antigo regime. Inicialmente na Europa ocidental e nos EUA e, posteriormente, no restante do globo, o movimento de modernização foi implacável. O mundo até então conhecido foi engolido por uma série de processos associados que aparentavam serem irreversíveis. No campo da sociologia, Weber (2004) observou o desencantamento do mundo, Marx e Engels (1989) a ascensão da burguesia ao posto de classe dominante e do capitalismo ao modo de produção hegemônico. Já Hobsbawm (2010), a partir de uma mirada historicamente orientada, aponta que o referido século foi fruto de uma dupla revolução - a industrial inglesa e a política francesa -, iniciadas no século anterior e irradiadas por todo o

continente europeu e, subseqüentemente, para o resto mundo¹. Sendo assim, o século XIX, na Europa, foi o século das indústrias, das cidades, do liberalismo, do nacionalismo e, acima de tudo, da burguesia capitalista.

Seguindo a proposição apresentada por Peter Wagner (1994), admitimos que o século XIX foi o epicentro histórico da primeira fase da modernidade, a liberal restrita, que seguirá vigente até as primeiras décadas do século XX. Tal afirmação significa que naquele período surgiram instituições, práticas sociais e imaginários diretamente inspirados pelo pensamento liberal iluminista. Como veremos adiante, para o debate que apresentaremos neste trabalho, a dimensão mais importante do imaginário moderno, que surgiu naquele momento, foi o ideal de emancipação associado a noção de liberdade. Desde já, é mister ressaltar que, ao nosso ver, do ponto de vista dos oprimidos, o desejo por emancipação, entendida enquanto autonomia, liberdade e igualdade, foi o motor que impulsionou uma série de homens e mulheres às lutas sociais que se desdobraram no século XIX.

Sem adentrar nos pormenores daquele período, o que nos custaria muitas linhas desnecessárias, vamos direto a particularidade histórica que mais nos interessa: o surgimento de uma classe trabalhadora assalariada e urbana, o operariado. O intenso e precário processo de urbanização europeu, somado a industrialização acelerada, criou um cenário singular no qual a nova classe oprimida iniciou suas resistências, inaugurando, assim, o movimento social moderno. Cabe destacar que o processo de formação da classe operária não foi um movimento mecânico estimulado pelas mudanças estruturais aqui já descritas, mas sim um processo fundamentado nas ações coletivas de homens e mulheres sobre a história. Neste ponto, nos aproximamos de E. P. Thompson (2011) e seu argumento acerca do papel das experiências subjetivas na formação da identidade da classe trabalhadora inglesa.

Contra nossa assertiva sobre o nascimento dos movimentos sociais, qualquer crítico pode argumentar que as lutas sociais existem desde os tempos mais antigos. Sobre isto, contra-argumentamos que não ignoramos os sem-número de revoltas de escravos, camponeses e etc., entretanto, nenhuma delas pode ou deve ser considerada um movimento social, isso porque a categoria aqui discutida - e este é um dos argumentos centrais deste trabalho - é historicamente localizada. Ademais, movimentos sociais precisam apresentar algum nível de estrutura

¹ O mesmo Hobsbawm (2010, p. 100) salienta a importância global da Revolução Francesa em relação a Revolução Estadunidense: “A Revolução Francesa é um marco em todos os países. Suas repercussões, ao contrário daquelas da Revolução Americana, ocasionaram os levantes que levaram à libertação da América Latina depois de 1808. Sua influência direta se espalhou até Bengala, onde Jam Mohan Roy foi inspirado por ela a fundar o primeiro movimento de reforma hindu, predecessor do moderno nacionalismo indiano.”

organizacional com alguma permanência temporal. Dito isto, para nós é correto admitir que o movimento social é um fenômeno moderno cujo precursor foi o movimento operário.

Um dos primeiros autores a utilizar a categoria “movimento social”, dando a ela algum conteúdo e localização histórica, foi o sociólogo e economista alemão Werner Sombart (1909). Este, no final do século XIX, atenta para o fato da formação do movimento social operário ser fruto do surgimento de uma nova classe, que por sua vez é fruto de um novo sistema produtivo. O operariado, ainda segundo o alemão, teria seus afetos impulsionados pelas tantas contradições vivenciadas no dia a dia das cidades. Tais afetos seriam, então, compartilhados nas fábricas, onde os indivíduos desapareceriam dando lugar a relações de companheirismo. Até este ponto, Sombart apenas reproduziu o que há muito um não desprezável número de pensadores socialistas já afirmavam. A originalidade do autor reside justamente no entendimento do movimento operário como uma forma de movimento social e na produção de uma tipologia que demonstra as particularidades que esse movimento adquiriu em distintos lugares: na França, revolucionário; na Inglaterra, apolítico; na Alemanha, institucional.

Ao se debruçar sobre o movimento social operário, Sombart acaba lhe conferindo uma dimensão estritamente classista: para ele, o movimento social é necessariamente um movimento de massas e da classe trabalhadora. Tal afirmação pode até fazer algum sentido no século XIX, no entanto, como veremos nas páginas posteriores, o século seguinte será o cenário do surgimento de um infindável número de movimentos não necessariamente cerrados sob as fronteiras de uma determinada classe social.

O socialismo e o anarquismo

Se o século XIX foi o século dos movimentos operários, o socialismo e o anarquismo foram os ideais que animaram as massas. Naquele período, especialmente na segunda metade do século, centenas de milhares de trabalhadores entraram em contato com as proposições de Blanc, Proudhon, Kropotkin, Bakunin, Engels, Marx e tantos outros. Os programas políticos concretos eram tão plurais quanto seus autores, mas a abolição das classes sociais e do Estado eram pontos comuns a quase todos eles. A promessa de igualdade e liberdade, que fora apresentada pela retórica liberal, se

aproximou das massas pelas práticas socialistas e anarquistas². A emancipação da classe trabalhadora estava na ordem do dia.

O debate sobre anarquismo e socialismo não é nada trivial. Ambas formulações ideológicas, mesmo que possam ter algum grau de inspiração pré modernas, são estritamente fenômenos da modernidade. Neste ponto, mais uma vez, aparece vigoroso o nosso argumento acerca da conexão entre as transformações societárias e os movimentos sociais. Sombart (1909) afirma, acertadamente, que o pensamento socialista nasceu nos centros industriais. Tal ideologia, assim como sua coirmã, nasceu na era do Capital para propagar a destruição de tal relação social feitichizada. O vínculo entre história, ideologia e movimentos sociais, aqui, é patente.

Costumeiramente, anarquistas e socialistas são vistos como linhas concorrentes no movimento operário, entretanto nem sempre foi assim. Se as ideologias coirmãs já passaram por brutais antagonismos - cujo exemplo maior foi o levante de Kronstadt, no ano quarto da revolução russa - elas também já se associaram em uma série de eventos históricos. Recentemente, Michael Löwy e Olivier Besancenot (2015), lançaram um pequeno livro com intuito de lançar luz sobre as afinidades revolucionárias entre marxistas e libertários³. Os autores demonstram que durante o século XIX e XX, marxistas e libertários somaram forças em um enorme número de vezes, com destaque para a organização da Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1864, a Comuna de Paris, em 1871, a guerra civil na Espanha, em 1936, e até mesmo a Revolução Russa, de 1917 (até o ano de 1921).

Faz-se necessário, aqui, dedicarmos algumas linhas ao socialismo marxista. Este, não por acaso, tornou-se o tipo hegemônico entre as tantas propostas socialistas nascidas no século XIX. Sua força reside na centralidade da confluência entre teoria e prática revolucionária. Marx, antes mesmo dos movimentos sociais serem categorizados, colocou o conflito (de classes) e a ação coletiva (revolucionária) no centro da sua análise. Ademais, no método materialista, promovido por ele, fala alto a proposta aqui defendida sobre a relação entre movimentos sociais e transformações societárias. A celebre afirmação de que “os homens fazem sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontada vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011. p. 25), nada

² Sobre o debate acerca da liberdade e da igualdade, nos é crucial opor retórica liberal e práticas socialistas e anarquistas. Os primeiros, como bem sabemos, perseguiam a igualdade e a liberdade para os seus pares. A própria noção de cidadão, surgida no pensamento liberal moderno, é indissociável da existência do não cidadão, o pária. Justamente aqui reside a diferenciação entre emancipação política e emancipação humana proposta por Marx (2010).

³ Os autores enfatizam que a utilização das categorias marxistas e libertários tem como objetivo diferenciar os marxistas dos restante dos socialistas, assim como diferenciar os libertários dos outros tipos de anarquismo.

mais é do que a enunciação da forte correlação entre a ação (comumente coletiva) dos homens e mulheres sobre a história e da história sobre os homens e mulheres.

É mister ressaltar que se por um lado Marx jamais foi um teórico dos movimentos sociais, por outro, como já foi dito alhures, a relevância da ação coletiva sempre foi enfatizada em sua obra. Em *As lutas de classes na França*, por exemplo, o alemão produziu uma brilhante análise de conjuntura a respeito da revolta de 1848. No livro, que originalmente era uma série de artigos publicados na Nova Gazeta Renana, Marx busca salientar os interesses comuns compartilhados entre os proletários, a organização dos trabalhadores e, como era de se esperar, a presença da luta de classes na história francesa - inaugurando seu entendimento sobre a necessidade de uma aliança entre operários e camponeses. Ora, não é nenhum absurdo afirmar que o que Marx logrou elaborar, naquele momento, nada mais é do que um embrião do que viria a ser os estudos sobre movimentos sociais.

Ainda hoje, não houve nenhuma proposta de emancipação da classe trabalhadora que ultrapassasse os limites do socialismo e do anarquismo, seja em concretude, seja em aceitação nos corpos dos mais variados movimentos sociais. A influência de ambos campos ainda se faz presente em partidos, movimentos sociais e sindicatos, penetrando também as lutas feministas, anti racistas e ecologistas.

Operários em movimento

O movimento operário, de um ponto de vista europeu e moderno, foi o primeiro dos movimentos sociais. Entretanto, cabe salientar que a luta de classes - como já havia percebido Sombart (1909) nos primórdios dos estudos sobre movimentos sociais - se manifesta de diferentes maneiras. Sendo assim, podemos deduzir que o movimento operário também era diverso; e assim o era. A pluralidade dele se apresentava na forma de organização (sindicatos, bolsas de trabalho, partidos, etc.), na caracterização ideológica (anarquista, socialista revolucionário, socialista reformista, etc.) e nos repertórios de ação (greves, manifestações e, em um segundo momento, participação institucional).

Indubitavelmente a greve foi o mais importante dos repertórios de ações dos operários. Com a limitação ao sufrágio na maior parte dos países europeus até o século XX, a participação institucional era limitada ou inexistente, por conseguinte as ruas e fábricas eram o locus da luta dos trabalhadores e trabalhadoras europeus e estadunidenses. Rosa Luxemburgo expõe, em seu brilhante *Greve de massas, partido e sindicatos*, a defesa de que a greve é a forma de manifestação

da classe trabalhadora. Para ela, inclusive, “não é a greve de massas que produz a revolução, mas a revolução é que produz a greve de massas” (LUXEMBURGO, 2011. p. 305). Ora, tal afirmação nasce da crença da autora de que a só através da ação revolucionária é possível conscientizar as massas para a revolução. Trata-se de uma crítica direta aos marxistas alemães do início do século XX e ao Partido Social Democrata da Alemanha (SPD) que, naqueles tempos, já haviam abraçado o reformismo e deixado os operários alemães - até então, reconhecidos como os mais bem organizados do mundo - carentes de uma associação política verdadeiramente revolucionária.

Para termos noção da importância que a greve ganhou, no século XIX e no início do século XX, basta nos debruçarmos sobre uma pequena parcela da obra de Sorrel. O sindicalista revolucionário francês argumentava que este tipo de repertório de ação era *a* expressão da luta proletária. Sua defesa do caráter mítico da greve geral se tornou célebre:

we know that the general strike is indeed what I have said: the myth in which socialism is wholly comprised, i.e. a body of images capable of evoking instinctively all the sentiments which correspond to the different manifestations of the war undertaken by socialism against modern society. Strikes have engendered in the proletariat the noblest, the deepest and the most moving sentiments that they possess; the general strike groups them all in a coordinated picture and, by bringing them together, gives to each one of them its maximum intensity; appealing to their painful memories of particular conflicts, it colours with an intense life all the details of the composition presented to consciousness. We thus obtain that intuition of socialism which language cannot give us with perfect clearness – and we obtain it as a whole, perceived instantaneously (SOREL, 1999. p. 118)

É preciso ter em mente que o desenvolvimento da modernidade se deu de forma desigual e combinada ao redor do mundo. Dessa forma, as mudanças societárias e os movimentos sociais adquiriram um caráter diverso de acordo com as suas localizações geográficas. Se na Europa e nos EUA os processos de industrialização e urbanização foram o terreno sobre o qual se forjou a classe operária, no Brasil os caminhos foram outros. Primeiramente, a industrialização e a urbanização, nas regiões onde estas houveram, foram tardias e incipientes. Em segundo lugar, nenhum país da América Latina teve, de fato, o setor secundário como predominante em sua economia.

Se o Brasil jamais foi portador de uma economia majoritariamente industrial e o processo de urbanização só foi acelerado na década de 1950, seria errado supor que não haviam movimentos sociais brasileiros naquela primeira fase da modernidade? Sim, pois haviam, mesmo que bastante incipientes. O movimento operário brasileiro, a grosso modo, estava localizado em São Paulo e no Rio de Janeiro. Sua organização central eram os sindicatos e, ao menos até 1917, o anarco-sindicalismo, trazido pelos imigrantes italianos e espanhóis, era a ideologia que animava esses trabalhadores.

Apesar da historiografia mais difundida apontar a centralidade dos operários estrangeiros na organização do nascente movimento sindical brasileiro, alguns autores chamam atenção para o racismo contido nesse ponto de vista. Negro e Gomes (2016), por exemplo, atentam para o fato de que, em meados do século XIX, no Rio de Janeiro, quase metade dos que trabalhavam em fábricas ou manufaturas eram escravos negros. Se esses negros, devido a sua condição de escravos, não tinham a possibilidade de organizar movimentos com alguma estabilidade temporal, eles tampouco se furtavam de promover ações coletivas. Os mesmos autores afirmam que, entre os anos 1820 e 1860, houveram uma série de greves promovidas por escravos e negros livres, em algumas delas chegando a haver confronto direto com as forças policiais.

Outro ponto de vista sobre o nascimento dos movimentos sociais modernos no Brasil nos é oferecido por Angela Alonso (2014) e está frontalmente relacionado com uma especificidade brasileira: fomos, por muitas décadas, uma sociedade escravagista. Alonso afirma que o primeiro movimento social brasileiro foi o abolicionismo. Para sustentar tal afirmação, a pesquisadora demonstra que o abolicionismo “era parte de uma dinâmica que envolvia instituições políticas, espaço público e clandestinidade”, possuía uma arquitetura interna (redes de ativismo, articuladores políticos e estratégias modulares) e repertório de ação em algum grau de consonância com o movimento abolicionista internacional.

A segunda fase da modernidade nos três mundos

O que chamamos de primeira fase da modernidade, a liberal restrita, se encerrou antes do raiar da segunda metade do século XX. Anteriormente, o nacionalismo que fora fomentado nas massas e a ganância imperialista das elites levaram a Europa a um conflito bestial, a África e a Ásia foram saqueadas e devastadas pela barbárie imperialista e a Rússia foi o cenário da mais ousada tentativa de emancipação humana já registrada pela história. De 1945 em diante, nada mais seria como antes.

De acordo com José Mauricio Domingues (2004), a segunda fase da modernidade pode ser descrita como uma modernidade estatalmente organizada, isto é, com uma enorme preponderância dos Estados sobre a organização social, política e econômica. Obviamente, as mudanças sociais puderam ser notadas nas formas e conteúdos apresentados pelos movimentos sociais. Como bem já vimos, os movimentos sociais não só são uma expressão de um determinado espírito do tempo, como também da manifestação desse espírito em cada localização geográfica. Portanto, para fins

analíticos, vamos dividir o mundo em três blocos e examinar como os movimentos sociais e a história se realizaram neles⁴.

Não é sem propósito frisar que a história do início do século XX é fruto do que foi a história das décadas anteriores. O movimento operário, derrotado na Alemanha e na França, institucionalizado na Inglaterra, na Rússia - nem bem Europa, nem bem Ásia, mas certamente, “oriental”, no sentido gramsciano do termo - logrou tomar o Estado e iniciar a primeira grande experiência socialista da história. É bem verdade que utopia foi engolida pelas contradições do movimento: a lei de ferro da oligarquia, da qual nos falou Michels (1984), se fez notar no Partido Bolchevique e a burocratização do Estado operário impediu que qualquer tipo de emancipação fosse, de fato, efetuada (TROTSKY, 2005). Entretanto, para os fins aqui perseguidos, tal evento histórico é crucial, tendo em vista que a URSS e seus estados satélites formavam o que chamamos de 2º mundo.

No período abarcado pela segunda fase da modernidade, os movimentos sociais minimamente autônomos⁵, no 2º mundo, eram bastante raros. Se a força do Estado era a marca daquele momento, nos referidos países, ela era especialmente acentuada. Nos países do chamado bloco socialista, quase todas as organizações da sociedade era associadas ou reguladas pelo Estado ou pelo Partido, do qual a burocracia comandava o Estado. A quase impossibilidade de manter uma organização com alguma estabilidade temporal não quer dizer que não haviam ações coletivas. Por um lado, haviam sindicatos que, mesmo atrelados ao Estado, buscavam manter algum grau de combatividade, por outro, haviam irrupções populares como a de 1953, em Berlim e a de 1968, em Praga.

No terceiro mundo, o mundo periférico, as movimentações políticas e sociais eram outras. Na maior parte da África e da Ásia, as lutas giravam em torno da libertação nacional. Já na América Latina, os movimentos operários e camponeses eram que davam o tom das lutas sociais. Ambas movimentações, tinham como ponto comum, o ideal de realização de um projeto de Estado nacional, de modernização. Dois bons exemplos deste duplo movimento (libertação/construção nacional), na África, são oferecidos por Fanon (1968) e Nkrumah (1963). O primeiro narra os horrores da guerra de libertação nacional argelina e advoga pelo legítimo uso da violência contra aqueles que, também com violência, ceifavam as liberdades do povo argelino. Nkrumah, já tendo

⁴ A divisão aqui proposta é meramente analítica e não contém juízo de valor. Como em toda divisão analítica, nesta está incluso um certo grau de arbitrariedade e reducionismo, entretanto, acreditamos ser a forma mais clara de abordar as distinções políticas, econômicas e sociais de um mundo extremamente desigual e, ao mesmo tempo, articulado.

⁵ Entendemos por autonomia a capacidade de produzir demandas próprias e se auto organizar sem a interferência direta ou indireta de terceiros.

resolvido a questão da liberação nacional, estava mais preocupado com a construção de um Estado livre. Que tipo de economia? Como organizar a burocracia? Como prover bem estar à população? Reunir ou separar os povos irmãos? Eram muitas as questões a serem respondidas.

Na América Latina e na Ásia, as lutas anti imperialistas também estavam na ordem do dia, mas ocorriam de forma indireta. Se na África os povos travavam embates frontais com o invasor estrangeiro, no sudeste asiático e na América Latina poderia haver a mediação de alguma família ou elite local. No caso de Cuba, por exemplo, Fulgencio Batista encarnava os interesses estadunidenses. No Vietnã do Sul, após a expulsão dos franceses, papel parecido era exercido por Ngo Dinh Diem. Citamos esses dois casos devido ao caráter emblemático que apresentaram ao mundo. Tarik Ali (2008), em sua autobiografia dos anos 1960, afirma que as guerras de libertação de Cuba e do Vietnã foram os dois polos de irradiação revolucionária que inspiraram dezenas de milhares de jovens ao redor do mundo a se engajarem em lutas emancipatórias.

Tal poder de irradiação fundado nos imaginários da revolução cubana e vietnamita não é nada desprezível. Entretanto, a questão que precisamos encarar é: são os movimentos armados de libertação nacional, movimentos sociais? Há quem diga que a guerrilha está mais próxima daquilo que podemos chamar de força beligerante do que de um movimento social. Tal afirmação, algumas vezes, é sustentada por análises demasiadamente superficiais que levam em conta somente a dimensão de vanguarda armada do movimento. Se olharmos para os casos cubano e vietnamita com atenção, notaremos que a vanguarda armada era uma organização com certa estabilidade temporal, sempre amparada por uma extensa rede que incluía organizações da sociedade civil, partidos, solidariedade internacional e, como era de se esperar, uma nada desprezível parcela do povo.

No primeiro mundo, aquele de capitalismo avançado, a conjuntura era outra. Como bem vimos, naquela fase da modernidade, o Estado era o ator central na regulação econômica, política e social. Nos EUA, parcialmente, e na Europa, principalmente, o estado de bem estar social era perseguido e, como consequência, as lutas estritamente anti capitalistas arrefeceram com o passar dos anos, dando espaço a novas demandas⁶. As lutas populares giravam em torno da solidariedade com o terceiro mundo, das reivindicações por direitos civis e de novas pautas que transbordavam as tradicionais questões de classe (ecologia, feminismo, anti racismo, etc). Este processo de parcial separação entre lutas anti capitalista e o que podemos chamar de lutas culturais está diretamente

⁶ As excessões eram pequenos grupos de vanguarda que, ao contrário das guerrilhas cubana, vietnamita e argelina, não conseguiram estabelecer uma larga rede de apoio e conquistar o suporte popular. Alguns exemplos são as Brigadas Vermelhas, na Itália; Weather Underground, nos EUA; Fração do Exército Vermelho, na Alemanha. Obviamente, o advento do estado de bem estar social não pode ser considerado o único responsável pelo encolhimento e marginalização das lutas anti capitalistas. As crescentes formas de dominação e legitimação sistêmicas, assim como os próprios erros dos movimentos anti capitalistas também devem ser levados em conta.

relacionado com o desenrolar de uma tendência moderna apontada por Wood (2011): a separação da condição cívica da situação de classe nas sociedades capitalistas.

Um ponto de inflexão dessa segunda fase da modernidade foi o ano de 1968. Naquele ano, em diversos lugares do mundo, eclodiram manifestações dos mais variados tipos. A mais relevante foi em Paris, onde operários se somaram aos estudantes revoltosos e uma pequena manifestação por mais liberdade nos campis universitários logo se tornou uma revolta nacional que colocava o equilíbrio do sistema em cheque. Tais manifestações podem ser consideradas o ponto de partida da ascensão dos novos movimentos sociais e o ponto de declínio do movimento comunista global⁷

Crítica, teoria e ação

É bem verdade que, desde da virada do século XIX para o século XX, já existiam estudos sobre movimentos sociais, no entanto é na segunda fase da modernidade que esses estudos foram sistematizados e começaram a formar um campo específico. Não nos interessa e nem temos espaço para, neste trabalho, desenvolver um debate sobre as tantas escolas de estudos sobre movimentos sociais. No entanto, para fins informativos, vamos nomear algumas das mais relevantes abordagens produzidas naquele momento: abordagem interacionista da escola de Chicago, que via os movimentos sociais como reações psicológicas às estruturas de privações econômicas; abordagem da sociedade de massas, que vê as ações das massas como uma anomia a ser estudada; abordagem sociopolítica, preocupada com a desarticulação da sociedade e com a intervenção política das massas; abordagem funcionalista, preocupada com a integração social e com a relação entre os atores e o sistema social; abordagem da mobilização de recursos, que entende os atores como auto interessados e perseguidores de determinados objetivos definidos racionalmente.

Em um artigo onde apontam os impasses e alternativas da Teoria Crítica, Bringel e Domingues (2014) indicam a necessidade de criarmos interseções entre a referida tradição teórica e os estudos sobre movimentos sociais. Estamos de acordo, entretanto, ao apontar os impasses da teoria crítica, os autores pouco interpelam uma das questões que, ao nosso ver, é de fundamental importância para a renovação da teoria crítica e que começou a tomar corpo na segunda fase da modernidade: a separação entre a teoria e a prática.

⁷ A capitulação do Partido Comunista Francês frente ao governo do General De Gaulle durante o Maio de 1968, somada a invasão soviética de Praga, no mesmo ano, fizeram com que dezenas de milhares se decepcionassem com aqueles que seguiam a linha oficial de Moscou. Doze anos antes, o movimento comunista internacional já havia sofrido um duro golpe com a divulgação do Relatório Khrushchov, no XX Congresso do PCUS, que publicitava as atrocidades cometidas durante o regime stalinista.

No séculos XIX e no início do século XX, especialmente a partir do advento da filosofia da práxis, tornou-se incomum a separação entre teoria e ação revolucionária. Teóricos como Marx, Bakunin, Lenin, Trotsky, Luxemburgo, Lukács, Mao, E Goldman, Gramsci e Guérin, aliavam suas produções intelectuais a militância política, elaborando um sistema de retroalimentação onde teoria e prática se complementavam oferecendo uma a outra a coerência necessária para o fomento de qualquer processo de transformação social. Tal tradição, por uma série de motivações historicamente localizadas, foi se perdendo. A institucionalização das ciências sociais, o avanço da divisão social do trabalho, a setorização dos estudos críticos e o positivismo acadêmico, fenômenos genuinamente modernos, podem ser alguns dos fundamentos para tal divórcio. O que nos importa observar é que o campo de estudos sobre movimentos sociais foi formado em um momento de fragilização da teoria crítica - entendida de forma ampla - e de separação entre a teoria e a prática. Obviamente existiram exceções, mas a tendência geral, naquele momento, era essa aqui apresentada.

O que queremos frisar é que, dentro da nossa defesa sobre a relação em mão dupla entre a história e os movimentos sociais, a associação entre pesquisa e engajamento político é fundamental. A separação entre a teoria e a prática é, para nós, a base do que Cox (1981) chama de Teorias de Resolução de Problemas (TRP), em contraposição à Teoria Crítica. As TRP são aquelas teorias que entendem a ordem como natural, e se propõem a apenas corrigir seus desvios. Geralmente, estas se entendem como teorias trans históricas, numa posição radicalmente inversa da aqui defendida. Abraçamos a ideia de que toda a teoria é produzida por alguém, para alguém, sob influência das suas subjetividades fomentadas em um determinado espaço e tempo.

A terceira modernidade, o retorno do liberalismo e o sujeito descentrado.

Não é simples apontar o marco inicial da terceira fase da modernidade. Tendo em vista o compasso do processo, vamos assumir que ela começou a ser ensaiada no início dos anos 1970 e chegou a maturidade no final dos anos 1980. Independentemente da localização cronológica, vamos sugerir que ela apresente três tendências globais fortes: a radical liberalização da economia, o descentramento do sujeito e as alterações no tradicional modelo moderno de soberania estatal.

O processo de liberalização da economia, como bem afirma Harvey (2008), é um projeto internacional de retomada de poder por parte de uma determinada classe. Em poucas palavras, esse projeto tem como premissa a desregularização do mercado financeiro, a dissolução de direitos trabalhistas, a promoção do livre comércio e, principalmente, a expansão da lógica de mercado para

as mais distintas esferas da vida. O debate sobre as consequências do neoliberalismo é enorme, mas para nós o que interessa são os novos desafios que foram impostos às sociedades: o aumento da concentração de riquezas, o abissal incremento da degradação ambiental e as novas formas de exploração em um regime produtivo no qual a produção intelectual começa a se equiparar a produção material em termos de produção de valor.

O descentramento do sujeito é um fenômeno à parte, porém associado ao neoliberalismo. Trata-se da perda das identidades rígidas e bem definidas que até então apresentavam os sujeitos na história. Na primeira e na segunda fase da modernidade, mais notadamente, as identidades se constituíam muito baseadas nas condições nacionais e de classe, algo que foi transmutado com o passar dos anos tendo como propulsor fulcral o processo de globalização (HALL, 2011). O deslocamento da condição nacional produzida pela globalização somada ao enfraquecimento da noção de classe, fruto da reorganização do modelo hegemônico de produção, fez com que o sujeito da modernidade avançada seja um tipo híbrido, uma rara equação de distintas identificações sociais dificilmente enquadrado em uma estrutura estreita como costumeiramente apresentavam as organizações políticas tradicionais. O desafio para os movimentos sociais, neste ponto, é claro: como gerar unidade entre os diferentes?

Afirmar a existências de mudanças graduais no tradicional modelo de soberania significa compreender que o Estado já não mais possui a mesma relação com seu território e população que costumava ter. Sobre isso, Negri e Hardt (2001) apresentaram uma interessante tese: a tradicional relação de dominação imposta pelos Estados passa por um processo de transmutação no qual o poder disciplinar se torna biopolítico, as questões de (in)segurança e a da guerra são transnacionalizadas, o mercado passa a ser o grande regulador da ordem política, econômica e social e as organizações internacionais passam a cumprir, cada vez mais, um papel destacado na condução de questões que outrora era exclusividades da comunidade política nacional.

Concordamos parcialmente com Negri e Hardt, no entanto acreditamos que o desenvolvimento desta nova ordem - imperial, segundo os autores – não necessariamente é uma superação do tradicional modelo de soberania, mas uma sobreposição de distintos modelos de soberania. Com isso, não queremos proclamar a existência de múltiplas soberanias, mas a sobredeterminação geralmente articulada de polos soberanos. Ou seja, ao nosso ver, a soberano segue sendo uno e indivisível, mas a sua soberania reside sobre múltiplas camadas de poder que podem ser exercidas de forma articulada ou não. O que nos importa é notar que, nesta atual fase da modernidade, as estruturas do poder constituído assumiram uma nova e complexa formatação que impõe aos movimentos sociais desafios originais que requerem novas formas e espaços de ação,

organização e comunicação. Dentre tais desafios originais, podemos destacar o processo de transnacionalização de algumas lutas sociais.

Os movimentos sociais na terceira fase da modernidade

Como já foi dito, aqui, inúmeras vezes, os movimentos sociais e a história caminham lado a lado, ditando um ao outro o ritmo dos passos e a direção para a qual seguem. Sendo assim, as tantas transformações societais alhures já explanadas, acabaram por incidir diretamente nas lutas sociais e, conseqüentemente, nas organizações promotoras ou integrantes dessas lutas. Convencionou-se afirmar que a partir do final dos anos 1960 surgiram os Novos Movimentos Sociais (NMS). Comumente são qualificados como NMS aqueles movimentos que reúnem ao menos parte das seguintes características: o transbordamento das fronteiras de classe na base social – o que Scherer-Warren (1987, p. 39) chama de “o reconhecimento do povo num sentido mais abrangente do que classe proletária”; a pluralização de idéias e valores; a promoção de modelos de organização menos centralizados e burocratizados; a valorização das experiências cotidianas; a capacidade de lidar com identidades menos rígidas; valorização das dimensões culturais em oposição à redução da multidimensionalidade da vida social ao campo econômico.

Existe uma longa discussão sobre se realmente houveram NMS ou se o que surgiu foi apenas um novo paradigma teórico analítico que, na verdade, é uma conjunção de diversos tipos de abordagem que guardam algum grau de consonância. Não queremos nos aprofundar nessa polêmica, no entanto, para sermos coerentes com o que defendemos aqui, esclarecemos que sim acreditamos na existência de NMS, no entanto eles não representam uma ruptura radical com o passado, mas sim uma resposta ao tempo em que estavam localizados. Por conseguinte, se os movimentos sociais fazem a história ao passo que respondem a ela, cada tempo apresentará sua própria singularidade que, de acordo com o ponto de vista do analista, pode ser considerado “o novo”. Em suma, sempre existirá um novo, o que pode variar é o grau de distensão do novo na história. Seriam, portanto, os NMS tão novos assim? Obviamente eles guardam algum grau de peculiaridade histórica, no entanto acreditamos que a novidade reside muito mais nas análises sobre os movimentos sociais do que neles mesmo.

Para além da discussão sobre se houveram ou não NMS, é inegável que nas últimas três décadas do século XX surgiram uma série de novas abordagens sobre os movimentos sociais que romperam com os tradicionais paradigmas do campo de estudos. Dentre aqueles que compuseram, em um primeiro momento, o enorme e plural conjunto de pesquisadores que se debruçaram sobre os

NMS, Alain Touraine, pai da teoria acionalista, foi quem mais se destacou e acabou por angariar bastante prestígio ao redor do mundo. Para discorrer sobre as proposições do professor francês, precisamos, primeiramente, observar que suas obras possuem um certo grau de discontinuidade, ou seja, com o passar das décadas o autor mudou seu ponto de vista sobre certas questões. De qualquer maneira, é possível interpelarmos suas proposições mais amplas para verificar alguns dos pontos mais relevantes.

A parcela mais interessante da obra de Touraine parte da assunção de que nas sociedades avançadas - leia-se Europa ocidental e EUA - o conflito entre capital e trabalho já não mais possui centralidade, isto é, aquelas sociedades se tornaram pós-industriais. Tal transformação na base produtiva acabou por impulsionar um deslocamento dos sistemas de dominação e uma transmutação da tradicional estrutura de classes que, somada a pluralização do social, acabou por impulsionar uma reconfiguração dos antigos movimentos sociais - como o sindicalismo, por exemplo - e impulsionar lutas localizadas no campo cultural.

Basear toda uma análise numa suposta condição pós industrial, além de duvidoso, quando se trata do capitalismo avançado, também é falso, quando se trata de outras regiões do mundo, como a América Latina. Por exemplo: em um estudo primoroso, Sader aponta e investiga o surgimento de novos movimentos sociais em São Paulo, nos anos 1970. O que mais cativou o pesquisador, durante o seu processo de investigação, foi a importância que aqueles movimentos ofereciam aos conflitos, laços e ações cotidianas, sem menosprezar as questões tradicionalmente chamadas de estruturais. Mas por que abordamos a *magnum opus* de Sader? Porque ele, ao contrário de muitos pesquisadores, como Touraine, não opõe as questões estritas do conflito entre capital/trabalho às questões de cultura/identidade. Na pesquisa feita por Sader, economia e cultura caminham juntas em uma espécie de afinidade eletiva sem precedência ontológica. Ou seja, ele não nega a permanência do conflito entre capital e trabalho, ao passo que reconhece a importância da dimensão cultural nas lutas sociais.

Ora, se discordamos de Touraine sobre a a condição pós industrial e sobre a lógica ou-ou (ou lutas culturais, ou lutas de classe), por que escolhemos debater as proposições dele como forma de interpelar as abordagens que se situam abaixo do enorme guarda-chuvas do paradigma dos NMS? Porque há uma dimensão na obra de Touraine que nos é de fundamental importância: a relação entre história e movimentos sociais. Para o professor francês, os movimentos sociais somente são compreensíveis na história sobre a qual as sociedades se auto produzem - um argumento muito próximo do que estamos utilizando aqui. Ademais, Touraine também oferece uma interessante centralidade aos conflitos sociais, apresentados como pontos de partida para a compreensão das

sociedade. Ao passo que subscrevemos a referida centralidade dos conflitos sociais, também sublinhamos nossa ponto de vista acerca da impossibilidade de segmentação empírica dos conflitos. Na prática, o que os sociólogos chamam de sistema econômico, sistema cultural, etc., na verdade é uma divisão analítica que, na prática, não existe. O que chamamos de sistemas sociais, na verdade, operam de forma articulada e não concorrente, como bem percebeu Sader.

Do Cartismo ao Occupy

Esta fração do artigo poderia muito bem se chamar “Da fábrica na cidade à cidade fábrica”. Isso porque, seguindo a argumentação aqui apresentada, uma das formas que o desenrolar da história e dos movimentos sociais se associam é através do desenvolvimento das forças produtivas. Sendo assim, argumentaremos que a passagem - ainda que longe de ser consumada - da hegemonia do capitalismo industrial à hegemonia do capitalismo imaterial influenciou consideravelmente os repertórios práticos e discursivos dos movimentos sociais.

Como já bem vimos, Sombart percebe na industrialização e na urbanização os dois processos sociais combinados que propiciaram e emergência da classe operária. O mesmo Sombart identificou o Cartismo como o primeiro movimento social, uma vez que, no entendimento dele, estes só poderiam assim serem chamados se fossem de massa e de caráter popular. Tendo isso em vista, podemos compreender que tanto o movimento cartista como um todo, quanto a London Working Men's Association, organização inicialmente promotora da mobilização, respondiam à uma lógica histórica vigente, ao passo que a própria história por eles era transmutada. Em outras palavras, o movimento social nasce como movimento operário porque, na parcela industrial e urbana do mundo, o operário se pôs em movimento, ao passo que se fazia operário, em sua relação de resistência frente a exploração burguesa.

São extensas as discussões acerca do nascimento dos movimentos sociais e, por isso, não pretendemos nos alongar neste tema. Entretanto, cabe frisar que nos alinhamos aos que defendem o caráter estritamente moderno dessa rede de associação política e instrumento de intervenção pública. A percepção do papel fundamental da cidade e da fábrica para a formação do movimento operário, enquanto primeiro movimento social, assim como afirmou Sombart, vai de encontro a análise de Tönnies (2001), que afirmava que a passagem da comunidade (*Gemeinschaft*) à sociedade (*Gesellschaft*), parte da modernidade, foi também a passagem do privado ao público, do

rural ao urbano, da lógica tradicional à lógica mercantil. Tal processo de mudança societal teria, então, propiciado o surgimento de atores políticos em uma esfera pública outrora precária e restrita. Da mesma maneira, algumas décadas depois, Gramsci (2000) apontaria o surgimento da sociedade civil, ou seja, uma esfera política não diretamente vinculada ao Estado stricto sensu, como o movimento tendencial do seu tempo.

A tese de que a urbanização foi um elemento favorecedor da ascensão dos movimentos sociais não é negar ou secundarizar os movimentos rurais. Estes, tiveram e seguem tendo um papel fundamental em diversos países nos quais o campo continua mantendo alguma influência no setor produtivo. Além do mais, uma grande parcela dos movimentos de libertação nacional tiveram o campo como o ou um dos espaços principais de organização. Entretanto, é preciso reconhecer, o processo de urbanização é vertiginoso e irreversível e, tendo isso em vista, cada vez mais as lutas sociais devem se concentrar nas cidades. Além do mais, a própria constituição de movimentos camponeses organizados foi um fenômeno moderno, que se deu de forma desigual e combinada com o surgimento de movimentos urbanos, seguindo a dinâmica das economias nacionais e sua inserção na divisão internacional do trabalho.

Com o passar das décadas, o capitalismo e a divisão internacional do trabalho por ele promovida foram metamorfoseando-se, aos poucos, suscitando, assim, determinadas transformações sociais que incidiram nas práticas e nos imaginários dos movimentos sociais. A pluralização das demandas produzidas pelos movimentos sociais, longe de ser um abandono da centralidade do trabalho, foram o reconhecimento de dimensões da esfera produtiva outrora renegadas e ocultadas pela quase que monopolização das lutas, por parte do movimento operário. O feminismo e o ecologismo, por exemplo, não se furtaram em inúmeras vezes demonstrar que a exploração da mulher e da natureza eram evidentes mazelas de um sistema produtivo injusto e opressor. Afirmar isso não é aderir ao economicismo, mas reconhecer as necessárias interseções entre economia, política e cultura.

O surgimento de um capitalismo imaterial, ou seja, um modelo produtivo no qual a produção de ideias e subjetividades passam a ter um importante papel na geração de valor (LAZZARATO; NEGRI, 2013), as fábricas deixam de ter quase que exclusividade enquanto locus da produção. Nesse sentido, os espaços urbanos tornam-se fábricas e os nossos corpos passam a funcionar como maquinários. Sendo assim, o modelo fordista de mobilização e luta social aos

poucos vai se reconfigurando e mirando novas aproximações, em um cenário de identidades difusas e conectividades frenéticas. Neste sentido, foi fundamental o papel da Terceira Revolução Tecnológica, promotora de extensas e intensas redes de comunicação que transfiguraram o ativismo, a esfera pública e o próprio modelo de produção capitalista.

A precarização é o ponto comum, do cartismo ao occupy, dos operários ingleses a juventude madrilenha desempregada. O desejo de uma mais vida digna é parte do impulso que leva as pessoas a se mobilizarem. A ocupação de espaços públicos, além de reconhecer a cidade como espaço coletivo e de produção de valor, se diferencia de outros repertórios de luta, como as barricadas, por reivindicar o comum como prática, resistência e prefiguração. Nesse sentido, o comum do século XXI se diferencia do comunismo do século XX ao recusar a centralização do poder e ao valorizar a democracia como meio e fim. Faz-se povo e multidão, unidade e multiplicidade, contradição e condição, pelo comum e pela democracia.

Conclusão

Concluimos este trabalho verificando a existência de uma concreta e sistemática relação entre os movimentos sociais e as transformações societais. Isto porque, como bem vimos, quando um movimento social age, ele age sobre e sob a história, isto é, parte dela para agir sobre ela e modificá-la, modificando a si mesmo. Sendo assim, qualquer pesquisa sobre movimentos sociais deve ser um pesquisa histórica (na história) e vice versa. Podemos, inclusive, afirmar que os movimentos sociais são uma espécie de carbono 14 da sociologia, ou seja, um elemento através do qual possível datar determinados tecidos sociais.

Ressaltamos também que a pesquisa sobre os movimentos sociais, ou ao menos aquelas que devem ser levadas a sério, também respondem a mesma lógica de retroalimentação entre a história e a ação coletiva organizada. Se retornamos ao exemplo da primeira fase da modernidade, podemos perceber que, naquele momento, a classe trabalhadora se fez entanto tal não como um resposta a revolução industrial, mas como a própria revolução industrial. Ao mesmo tempo, surgiram uma série de produções intelectuais respondendo as iminente transformações sociais que eram fruto da própria sociedade em auto instituição. Em suma, tratamos de fazer um breve e arbitrário recorrido histórico para atestar a impossibilidade de produzir teoria fora da história, esta entendida como fruto e fonte das ações humanas.

ALI, Tariq. O poder das barricadas: uma autobiografia dos anos 60. São Paulo: Boitempo, 2008

ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. Novos estudos. - CEBRAP, São Paulo, n. 100, p. 115-127, Nov. 2014

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In. LOWY, Michael. Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura sobre as tese Sobre o conceito de história. São Paulo: Boitempo, 2005

BRINGEL, B. DOMINGUES, J.M. Teoria Crítica e movimentos sociais: intersecções, impasses e alternativas. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno (org.). Movimentos sociais na era global. Petrópolis RJ: Vozes, 2014

COX, Robert. Critical Political Economy. In. HETTNE, B. (org.). International Political Economy: Underglobal Disorder. Nova Scotia: Fernwood Books, 1981

DOMINGUES, José Mauricio. Ensaios de sociologia: teoria e pesquisa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004

FANON, Franz. Os Condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968

GARRETON, Manuel Antonio. Cambios sociales, actores y acción colectiva en América Latina. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2001

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós modernidade. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008

HOBBSAWM, Eric J. A era das revoluções: 1789 -1848. 25 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010

LAZZARATO, M; NEGRI, A. Trabalho Imaterial. Formas de vida e produção de subjetividades. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013

LUXEMBURGO, Rosa. Greve de massas, partido e sindicatos. In Isabel Loureiro (org.). Rosa Luxemburgo: Textos escolhidos, vol. I, p. 263-349, São Paulo, Editora Unesp, 2011

MARX, Karl. As luta de classes na França. São Paulo: Boitempo, 2012

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1989

MARX, Karl. O 18 brumário de Luis Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. Sobre a questão judaica. São Paulo: Boitempo, 2010

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? In. Lua Nova no.17 São Paulo jun. 1989

MICHELS, Robert. Sociologia dos partidos políticos. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1984

NEGRI, A. HARDT, M. Império. 2ªed. Rio de Janeiro: Record, 2001

NEGRO, A.L; GOMES, F.S. As greves escravas, entre silêncios e esquecimentos. Disponível em: < <http://outraspalavras.net/brasil/entre-silencios-e-esquecimentos-as-greves-dos-trabalhadores-negros/> > Acesso em: 16/01/2017. 2016

NKRUMAH, Kwame. Africa Must Unite. New York: Frederick A Praeger. Inc., 1963

SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE. Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

SOMBART, Werner. Socialism and the social movement. Londres: J.M. Dent & co, 1909

SOREL, Georges. Reflections on Violence. Cambridge: Cambridge University Press, 1999

THOMPSON, E.P. A formação da classe operária inglesa. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011

TROTSKY, Leon. A revolução traída. São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2005

TÖNNIES, Ferdinand. Community and Civil Society. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

WAGNER, Peter. A sociology of modernity: liberty and discipline. Nova Iorque: Rutledge, 1994

WEBER, Max. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

WOOD, E.M. Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011